

Finalmente, enfatizei o fato de a economia brasileira ter se desenvolvido principalmente a partir da expansão das indústrias de bens sofisticados, visando atender apenas a uma parcela da população. De acordo com várias interpretações, descritas ao longo do capítulo, essa modernização criou enormes contrastes no mercado de trabalho brasileiro. Contrastes entre setores de produção e consumo modernos e tradicionais. Esse tipo de desenvolvimento não resultou de processos naturais, mas de políticas econômicas específicas. Não sei exatamente quais seriam as alternativas ao processo de desenvolvimento econômico brasileiro,²³ talvez o maior problema das políticas adotadas ao longo do século passado não tenha sido o tipo, mas o tempo e a duração. A política de "substituição de importações", por exemplo, parece ter se prolongado muito mais do que deveria, criando uma enorme dívida externa. O fato é que o mercado de trabalho brasileiro permaneceu sendo dividido entre setores "modernos" e "tradicionais", o que certamente tem impacto sobre os padrões de mobilidade social.

A falta de recursos econômicos que caracteriza a maioria da população com origens rurais, o lento desenvolvimento do sistema educacional e a convicção de setores modernos e tradicionais no mercado de trabalho são aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira que estão intimamente relacionados aos padrões de mobilidade social. Sem tais aspectos a história que descrevo seria completamente diferente. Em outras palavras, as informações e análises dos próximos capítulos só podem ser entendidas como parte do contexto histórico que delineei anteriormente.

23 Para algumas sugestões críticas sobre desenvolvimento econômico, ver Sabel e Piori (1984) e Sabel e Zeitlin (1997).

CLASSES SOCIAIS E CHANCES DE VIDA

Em estudo sobre subdesenvolvimento e classes sociais no Brasil, Florestan Fernandes afirma: "O regime de classes vincula-se, portanto, a um aumento crescente das desigualdades econômicas, sociais e políticas, preservando distâncias e barreiras sociais antigas nas relações entre estratos sociais diferentes, ou engendrando continuamente novas" (FERNANDES, 1968, p. 69).

Nas décadas de 1960 e 1970 Fernandes desenvolveu, por meio de análises históricas e teóricas, o argumento de que diversas formas de desigualdade social no Brasil estariam vinculadas ao regime de classes da emergente sociedade industrial periférica (ver, por exemplo, FERNANDES, 1965, 1968, 1974). Esse regime de classes, por sua vez, teria sido fundamentalmente marcado pelas características da sociedade agrária e rural que dava lugar às crescentes industrialização e urbanização. Essa sociedade agrária, caracterizada pela agricultura de exportação e pelo regime escravista, teria deixado uma herança de contrastes e desigualdades que continuariam a marcar, ao menos por algum tempo, a moderna sociedade de classes. A diferença da teoria de Florestan Fernandes em relação a outras sobre desigualdade é o ponto de partida estrutural, ou seja, ele parte da idéia de que as bases das desigualdades sociais encontram-se na estrutura de classes. Compartilhando dessa teoria estrutural das desigualdades, descrevo neste capítulo os fundamentos teóricos e a implementação do esquema de classes que utilizei ao longo do livro. Abordo, ainda, as desigualdades ciais entre essas classes num período crucial do estabelecimento da sociedade industrial no Brasil, entre 1973 e 1996.²⁴

24 Para um debate sobre mobilidade social e desenvolvimento econômico, ver Goldthorpe (1985) e Treiman (1970).

Embora diversos trabalhos baseados em pesquisas históricas e de campo tenham discutido o argumento de Fernandes por meio de análises das correlações entre sociedades agrária e industrial, desigualdades sociais, classes sociais e identidades políticas no Brasil,²⁵ poucos estudos com dados agregados e metodologia quantitativa foram desenvolvidos até meados da década de 1970. Até então, apenas os dados provenientes dos censos populacionais permitiam discutir, de um ponto de vista macrosociológico, a validade empírica dos argumentos de Fernandes.²⁶ Alguns estudos sociológicos relevantes para o debate sobre a estrutura de classes, como o de Lopes (1971), realizaram-se com base nos dados dos censos.

A maioria dos censos, com exceção do de 1960, fornecia apenas tabelas já publicadas e não as planilhas de dados que permitiriam elaborar novas classificações. Sem estes dados, o estudo e a análise do desenvolvimento da estrutura de classes e das desigualdades no Brasil eram bastante limitados. Foi a partir de 1973, com a realização, pelo IBGE, da primeira Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), representativa da população nacional,²⁷ que cientistas sociais passaram a ter dados confiáveis para descrever a estrutura de classes nacional e sua relação com as diversas formas de desigualdade observadas no país.²⁸ A PNAD e outras pesquisas amostrais importantes começaram a ser coletadas regularmente a partir do início da década de 1970 e permitiram o avanço do conhecimento de diversas características da estrutura social brasileira. No entanto, apenas poucos estudos sociológicos fizeram uso desses dados para descrever a estrutura de classes e suas relações com diversas formas de desigualdade.²⁹

Uma notável exceção é o programa de pesquisas desenvolvido por Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva (1979, 1988, 1992, 1999). Esses sociólogos propõem-se a investigar as interações entre raça, classe e desigualdades sociais

na sociedade industrial brasileira. De forma simplificada, a principal conclusão é a de que raça permanece como um fator determinante das desigualdades sociais no país, o que não significa que classes sociais sejam menos relevantes como definidoras de desigualdades e diferenciações sociais. De fato, entendendo esse programa de pesquisas como um longo argumento apontando para a importância de entendermos a continuidade das interações entre raça e classe em nossa moderna sociedade industrial. Não se trata de colocar raça e classe em uma espécie de corrida metodológica e teórica para ver qual é mais importante na determinação das desigualdades sociais, mas sim de reconhecer que ambos os fatores são relevantes para o entendimento da história das desigualdades sociais no Brasil.

Tendo em vista a existência de uma tradição de estudos que considerava que a sociedade brasileira era desprovida de racismo, Hasenbalg e Valle Silva enfatizaram a importância da raça ou cor na determinação de desigualdades. Não concordo, no entanto, com a ideia de que os trabalhos desses sociólogos tenham superado por completo o argumento de Florestan Fernandes. O raciocínio de que diversas formas de desigualdade social estão ancoradas no regime de classes e de que este regime é profundamente marcado pela sociedade agrária anterior continua sendo, a meu ver, extremamente relevante para compreender as características da sociedade brasileira. Ou seja, o argumento de que há bases estruturais na divisão do trabalho que determinam os níveis de desigualdade permanece central para a formulação de análises sobre desigualdades sociais.

Ainda há necessidade de avançar as reflexões macrosociológicas e empíricas sobre as possíveis conexões entre a estrutura de classes e as diversas formas de desigualdade e ação social. Apesar dessa urgência, a maioria dos estudos sobre desigualdades sociais que empregam dados agregados tem sido desenvolvida mais freqüentemente por economistas do que por sociólogos. Aqueles tendem a basear suas análises em dados sobre renda individual e familiar. Embora os estudos sobre desigualdade de renda no Brasil sejam de excelente qualidade (ver HENRIQUES, 2000), renda não pode ser usada como sígnimo de classe social. Esta não é apenas um reflexo da renda disponível para indivíduos e famílias. De acordo com longa tradição sociológica, classes sociais deveriam ser definidas conforme as posições ocupacionais de indivíduos dentro de unidades produtivas e mercados de trabalho.

25 Para uma revisão da bibliografia, ver Guimarães (1999).

26 Exceções são Lopes (1971), Queiroz (1965), Pinto (1963, 1967) e Soares (2001).

27 Na realidade, as áreas rurais das regiões Norte e Centro-Oeste não foram incluídas nessa PNAD.

28 O primeiro trabalho sociológico baseado nesses dados é o de Pastore (1981). Estudos anteriores (HUTCHINSON, 1957, 1958, 1960) restringem-se à cidade de São Paulo.

29 Ver Silva (1999) para revisões de parte dessa literatura.

Recentemente, alguns sociólogos começaram a investigar as características da estrutura de classes e suas relações com diversas formas de desigualdade e algumas formas de ação social no Brasil (RIBEIRO; SCALON, 2001; CARDOSO, 2000; FIGUEIREDO SANTOS, 2002; NEVES, 1997). Esses estudos seguem linhas teóricas distintas, mas todos procuram mostrar a centralidade das classes sociais na determinação de desigualdades sociais. Em oposição à definição de economistas e leigos, que costumam pensar em classes sociais e níveis de renda como sinônimos, os estudos sociológicos definem as classes de acordo com a posição na unidade de produção e/ou ocupação. Exemplos de trabalhos recentes incluem: estudos sobre mobilidade de classes realizados por Scalon (1999) e Ribeiro e Scalon (2001); estudos sobre posições de classe e interações entre classe e renda desenvolvidos por Figueiredo Santos (2002) e Neves (1997); estudos sobre ação sindical e carreira ocupacional feitos por Cardoso (1999, 2000).³⁰

Este livro é uma contribuição, creio que essencial, ao debate sobre desigualdades e classes sociais no Brasil. Apesar de seguir a perspectiva sociológica, o trabalho também pode ser relevante ao debate mais amplo, na medida em que analisa aspectos centrais da relação entre classes e desigualdades sociais que são pouco explorados por sociólogos e economistas. Neste capítulo objetivo analisar as desigualdades de condições de vida ou chances de vida entre 16 classes sociais no período de 1973 a 1996. Nos próximos capítulos, desenvolvo diversas análises sobre oportunidades de mobilidade social. O estudo conjunto da estrutura de classes, da estrutura de oportunidades de mobilidade social e das condições de vida da população é essencial para avançar com mais rigor algumas das proposições de Florestan Fernandes. A estrutura de classes brasileira é marcada pela transição da sociedade agrária para a sociedade industrial – os dados indicam que pelo menos 50% dos homens entre 25 e 64 anos de idade têm origem em famílias da classe de trabalhadores rurais. As condições de vida estão, por sua vez, associadas a diferentes posições de classe. De fato, como mostro neste capítulo, as intuições de Fernandes estavam parcialmente corretas, uma vez que diversas formas de desigualdade estão relacionadas à es-

30 Provavelmente há outros estudos que deveriam ser incluídos na lista, mas como este trabalho não objetiva realizar uma revisão bibliográfica, sinto-me desincumbido de apresentar inventário exaustivo.

trutura de classes, embora não haja um aumento dessas desigualdades ao longo dos anos. No próximo capítulo, o argumento, central para Fernandes, de que o regime de classes no Brasil é marcado pela antiga estrutura agrária de monocultura e de exploração do trabalhador rural será estudado com mais rigor por meio de análises dos padrões de mobilidade de classe. Por consequência, o estudo das desigualdades ancoradas no regime de classes também depende da análise dos padrões de mobilidade social, já que a origem social dos indivíduos determina muitas de suas experiências e chances de vida. Antes de discutir as análises conceituais e empíricas que desenvolvi com o objetivo de explicitar a correlação entre estrutura de classes e desigualdades sociais, gostaria de apresentar, brevemente, quatro aspectos que perpassam todo o capítulo: as características do período analisado; a definição de classes sociais adotada e o conceito de condições de vida.

Este capítulo concentra-se no período de 1973 a 1996, que foi marcado por uma conjuntura de rápido crescimento econômico, até o início da década de 1980, seguida de uma fase de crise ou estagnação.³¹ Essas características da história econômica recente são tematizadas nos novos estudos sobre classes sociais, na medida em que estes procuram investigar os impactos dos processos econômicos *stricto sensu* nas diversas formas de desigualdade social derivadas da estrutura de classes. Neste capítulo, portanto, procuro fazer um balanço da história recente, tendo em vista que analiso o impacto das conjunturas de crescimento e de crise econômica não apenas nas desigualdades, mas também na variação temporal da distribuição agregada de condições de vida. No entanto, antes de apresentar tais análises históricas, devo esclarecer qual conceito de classes sociais utilizo.

Embora seja verdade que estudos sobre a estratificação por classes sociais venham ganhando, nas últimas décadas, importância crescente na sociologia nacional, não há consenso quanto à melhor forma de conceituar e medir classes sociais. Essa falta de consenso não é uma particularidade da literatura brasileira; os debates teóricos e empíricos jamais chegaram a uma conclusão.³²

31 Análises sobre esses períodos de crescimento e crise podem ser encontradas em Abreu e Verner (1997) e Faria (1989).

32 Sobre essa polémica, ver Wright (1997), Goldthorpe (1982, 2000), Erickson e Goldthorpe (1992, 1993), Grusky e Sorensen (1998), Sorensen (1991) e Hauser e Warren (1997).

Portanto, não pretendo defender o esquema que uso como o supra-sumo da definição de classe social. Adoto uma abordagem mais pragmática.³³ utilizo um esquema de classes que facilita comparações internacionais, não fere as particularidades relativas a certas ocupações existentes no mercado de trabalho brasileiro e é amplamente utilizado e conhecido por pesquisadores da área de estratificação social.

Segundo a definição que adoto (ERICKSON et al., 1979; ERICKSON; GOLDTHORPE, 1992), classes sociais devem ser estabelecidas pelas condições de emprego e mercado em que os trabalhadores se encontram. Em outras palavras, foi com o objetivo de distinguir relações de emprego que o esquema Casmin (*Comparative Analysis of Social Mobility in Industrial Nations*, "análise comparativa da mobilidade social em nações industrializadas")³⁴ foi proposto para estudos comparativos. Seguindo tradição sociológica que remonta a Max Weber (1978) e Karl Marx (1978), os sociólogos que formularam o esquema Casmin fazem uma distinção básica entre dois tipos de relação de emprego: proprietários (empregadores e autônomos) e empregados. Dentre os empregados há, ainda, uma distinção entre contratos de trabalho restritos (*labour contract*) e contratos delegando amplas responsabilidades aos empregados (*service relationship*). O esquema também respeita a divisão entre trabalho não-manual urbano, manual urbano e rural. Acrescento outras distinções que não estão presentes no esquema inicial na medida em que divido algumas classes do esquema Casmin de acordo com setores de atividade e tarefas específicas que são considerados extremamente importantes no caso brasileiro (SILVA, 1999). A divisão entre setores modernos e tradicionais da indústria, como mostrei no capítulo anterior, é uma característica marcante do processo de industrialização brasileiro. Portanto, incluir tal distinção nas classes de trabalhadores qualificados e não-qualificados é fundamental para que possamos chegar a um entendimento mais detalhado do processo de estratificação da sociedade brasileira. Desta forma, amplio o esquema Casmin de

33 Essa perspectiva pragmática foi recentemente defendida por um dos principais adeptos do marxismo analítico, Erik Olin Wright (2004), que afirma: "One can be a Weberian for the study of social mobility, a Bourdieuan for the study of the class determination of lifestyles, and a Marxian for the critique of capitalism".

34 Esse é o nome de um projeto de pesquisa comparativo internacional envolvendo pesquisadores de vários países e liderado por Robert Erickson e John Goldthorpe (1993).

11 para 16 classes. Utilizo diferentes agregações dessas 16 classes, bem como o conjunto desagregado, ao longo deste livro.

É importante lembrar que todas essas distinções são elaboradas levando em conta a ocupação das pessoas envolvidas, mas variáveis como renda e educação não entram diretamente na definição das classes sociais. Embora esses itens não sejam utilizados para elaborar as posições de classe, há uma forte correlação não só entre posição de classe, renda e educação, como também entre posição de classe e diversas outras variáveis que descrevem as condições de vida da população ou, como preferem os economistas, o nível de bem-estar social.

A distribuição das condições de vida entre as classes sociais é definida por variáveis que medem os recursos de renda e educação disponíveis para os membros de cada classe e as privações de serviços básicos de infra-estrutura. Já que desigualdade é um conceito comparativo (SEN, 1992), as desigualdades de condições entre classes sociais devem ser observadas pela distância que as separa em termos das condições de vida disponíveis. Outro aspecto importante a observar são as flutuações nas condições de vida disponíveis para cada classe nesse período. Portanto, neste capítulo, além de descrever as principais características do esquema de classes que utilizo, apresento a evolução das desigualdades de classe entre 1973 e 1996.

Nos capítulos subsequentes amplio as análises sobre a relação entre classes sociais e chances de vida a partir do estudo minucioso dos padrões de mobilidade social no Brasil. Além de determinarem desigualdades de níveis de renda, chances educacionais e acesso a serviços e bens, as classes sociais em que as pessoas crescem influenciam enormemente suas chances de mobilidade social. Segundo Max Weber (1978), uma das principais chances de vida determinadas pelas classes sociais são as oportunidades de mobilidade social. Uma vez que cada classe social está associada a um nível distinto de condição de vida, as análises de distribuição de oportunidades de mobilidade social entre posições de classe mais e menos vantajosas são essenciais em qualquer balanço sobre as desigualdades sociais. Ao contrário do que ocorre com análises sobre as condições de vida ou níveis de bem-estar social, o estudo da estrutura de oportunidades de mobilidade social no Brasil tem sido bastante negligenciado por economistas e sociólogos.³⁵ Além disso, os trabalhos sociológicos sobre

35 Ver Silva (1999).

mobilidade social no Brasil não expressam claramente que, assim como em termos de condições de vida, também é necessário distinguir entre aspectos agregados e relativos da estrutura de oportunidades de mobilidade social, ou seja, que há oportunidades agregadas e desigualdade de oportunidades. Por exemplo, se uma determinada classe social privilegiada aumenta seu tamanho relativo ao longo do tempo, por exemplo entre 1973 e 1982, pode-se dizer que aumentaram as oportunidades agregadas de mobilidade social. No entanto, as chances relativas para aproveitar as maiores oportunidades agregadas podem ser bem ou mal distribuídas. Em outras palavras, pode haver maior ou menor desigualdade de oportunidades, ou nas chances relativas de mobilidade social, entre pessoas com origens em diferentes classes sociais. Uma sociedade em que há pouca desigualdade de oportunidades é concebida, grosso modo, como mais aberta ou justa. Já uma sociedade com muita desigualdade de oportunidades é definida como mais fechada ou menos justa.³⁶

Embora os temas da mobilidade social e das desigualdades de oportunidade sejam matéria dos próximos capítulos, acho relevante mencioná-los aqui na medida em que mobilidade social também é um aspecto relacionado às desigualdades nas chances de vida, principal tema do presente capítulo. Apresto a seguir os fundamentos da teoria weberiana que informa a elaboração do esquema de classes que utilizo. Seguem-se as principais características das 11 classes sociais do esquema Casmin, bem como as subdivisões que estou sugerindo com base nas considerações da literatura brasileira. Depois, analiso as mudanças nos níveis agregados e na desigualdade de condições de vida no período de 1973 a 1996.

ANÁLISE DE CLASSES NEO-WEBERIANA

Para determinar se as desigualdades nas chances de vida entre indivíduos ou famílias são estruturadas com base em classes sociais, é essencial a definição de um esquema de classes *ex ante*. Ou seja, mostra-se necessário formular um

esquema de classes antes de iniciar as análises empíricas. Essa abordagem não é a única possível, já que o esquema de classes poderia ser definido a partir da distribuição empírica das desigualdades em uma determinada sociedade. Esta segunda abordagem é denominada por Sorensen (2000) de abordagem de "classificações nominais". Tal alternativa "nominalista" é, em geral, excessivamente empírica e não leva em conta importantes distinções teóricas presentes na literatura. De qualquer forma, ambas perspectivas são válidas, embora a primeira seja a mais usual, tendo a vantagem não só de permitir a comparação histórica e internacional da análise de classes, como também de explicitar diretamente argumentos teóricos presentes nas diferentes teorias de classes desenvolvidas na sociologia. As diferentes teorias são importantes porque partem da idéia de que as desigualdades sociais não são apenas uma consequência das diferenças de esforço e habilidade entre indivíduos, mas da distribuição de poder ancorado na estrutura produtiva da sociedade. Em uma palavra, o uso de esquemas de classe definidos *ex ante* permite formular teorias estruturais sobre as desigualdades sociais. Em diferentes posições de classe as pessoas encontram recursos e capacidades de ação que restringem ou ampliam suas possibilidades de superar as desigualdades. Sendo assim, sociólogos empenhados em desenvolver análises de classe, em formular teorias estruturais sobre as desigualdades, empregam grande esforço na definição de esquemas que sejam capazes de delinear fronteiras significativas entre classes sociais.

Uma das mais influentes tradições de análise de classes nos estudos de mobilidade e estratificação social tem origem nos trabalhos de Max Weber, e foi inicialmente sugerida por John Goldthorpe e seus colaboradores. Embora Goldthorpe não denomine seu esquema de classes de neo-weberiano, diversos autores o fazem. Há duas alternativas ao esquema neo-weberiano, o neo-marxista desenvolvido por Erik Olin Wright e os esquemas hierárquicos e neo-durkheimianos desenvolvidos por David Grusky e outros sociólogos norte-americanos. Embora as duas alternativas sejam importantes para o estudo da estratificação social, cada uma encontra algumas dificuldades no que diz respeito à implementação dos esquemas de classe para a análise da mobilidade social.

O esquema neo-marxista exige uma série de distinções que não podem ser feitas para a classe de origem das pessoas, já que a maior parte dos bancos de dados não inclui variáveis essenciais para tanto. Wright (1997) superou tais dificuldades a partir de um ambicioso projeto envolvendo a coleta de dados

36 A relação entre taxas relativas de mobilidade social, ou desigualdade de oportunidades, e os conceitos de justiça social provenientes da filosofia política é explorada por Marshall et al. (1997).

em diversos países. No livro *Class Counts* (1997) apresenta os principais resultados sobre diversos temas, inclusive mobilidade social, alcançados nesse projeto. Estudos comparando o esquema neo-marxista e neo-weberiano, no entanto, mostram que os resultados sobre mobilidade social são mais consistentes quando se utiliza o esquema neo-weberiano (MARSHALL et al., 1988). Além disso, parece haver muita semelhança entre as duas abordagens, uma vez que ambas valorizam qualificações, tipos de contrato de trabalho e propriedade de dos meios de produção.

Embora a elaboração de um esquema neo-marxista seja difícil de implementar com os dados brasileiros, em importante estudo sobre estrutura de classes e desigualdade de renda, José Alcides Figueiredo Santos (2000) propõe criativamente um detalhado esquema de classes inspirado pelas idéias de Wright. Tal esquema, contudo, não pode ser usado para o estudo da mobilidade social no Brasil já que os bancos de dados nacionais não permitem elaborar as classes de origem seguindo essas proposições. Além disso, a utilização desse esquema impossibilitaria comparações internacionais.

Outra alternativa seria o esquema neo-durkheimiano de David Grusky. Sua principal idéia é de que grupos de classe também deveriam ser grupos de comunidade, ou seja, a posição ocupacional ou de classe da mesma forma estaria relacionada ao sentimento de pertencimento a uma comunidade de valores. Essa concepção sofre influência direta do prefácio da segunda edição do livro *A Divisão do Trabalho Social*, de Durkheim. Nele, defende-se que as corporações e associações profissionais (ocupacionais) seriam um novo *locus* de sentimentos comunitários na sociedade moderna. Partindo dessa premissa, Grusky questiona as análises de classe de inspiração marxista e weberiana justamente porque elaboram classes sociais tão amplas que qualquer forma de sentimento comunitário seria impossível. A alternativa é elaborar um esquema de grupos ocupacionais bastante detalhado (GRUSKY; SORESENSEN, 1996, 1998). Novamente, esse tipo de abordagem leva a enormes complicações tanto para comparações internacionais quanto para a análise de tabelas de mobilidade, que se tornam excessivamente grandes e praticamente impossíveis de estudar de forma a explicitar claramente as principais características do processo de estratificação. Afinal de contas, as análises devem, em alguma medida, simplificar a realidade para que se possa entender e explicar o que está ocorrendo no mundo social.

Diante de tais dificuldades práticas de implementação dos esquemas neo-marxista e neo-durkheimiano, a abordagem weberiana parece ser a mais adequada para a análise da mobilidade social no Brasil. Algumas das vantagens são: a relativa facilidade de classificar os dados brasileiros de acordo com as premissas exigidas, a possibilidade de fazer comparações internacionais e a clareza dos pressupostos teóricos que corroboram a utilização do esquema. Nas duas próximas seções deste capítulo apresento o esquema neo-weberiano (Casmin) e sugiro algumas especificidades importantes para entender a estrutura de classes brasileira, que comparo com diversos outros países no Capítulo 5. Aproveito esta seção para delinear um pouco melhor a visão de Max Weber sobre a análise de classes, tal como aparece em alguns de seus textos.

Segundo Weber (1978, p. 302), "uma situação de classes se caracteriza pela probabilidade típica de obter bens, alcançar posições na vida, e encontrar satisfação própria", em outras palavras, membros de uma classe têm chances de vida semelhantes. Weber vai adiante e afirma que é o mercado que distribui as chances de vida de acordo com os recursos que os indivíduos possuem. Os recursos, por sua vez, podem variar de diversas maneiras. Além da distinção entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção, há diferentes tipos de qualificações e ativos que os indivíduos possuem. O fato importante sobre todos esses ativos é o valor que têm no contexto do mercado econômico. Portanto, a situação de classe é identificada a uma situação de mercado.

Uma das consequências do reconhecimento de que há vários ativos que levam a retornos no mercado é a proliferação de possíveis classes, que Weber denomina "classes econômicas". Classes sociais seriam agregações de classes econômicas de acordo não apenas com as características de mercado, mas também com outros aspectos da sociedade. Weber destaca a importância da mobilidade social: "uma classe social é composta pela totalidade das posições de classe entre as quais a mobilidade individual e intergeracional é típica e fácil" (WEBER, 1978, p. 302). Com base nessas idéias, Weber sugere a existência de quatro classes sociais nas sociedades capitalistas: empreendedores e proprietários, pequena burguesia, empregados com credenciais (classe média) e empregados que possuem apenas sua força de trabalho (classe trabalhadora).

No texto *Classe, Status e Partido* Weber afirma que as classes não são o único aspecto da distribuição de poder nas sociedades. Numa definição clás-

sica, diz que o poder é "a probabilidade de um ator em uma relação social estar numa posição em que pode impor seu desejo a despeito de resistências" (WEBER, 1978, p. 53). Essas posições de distribuição do poder são definidas, principalmente, pelas características de classes, grupos de *status* e partidos que se encontram nas sociedades. A distinção entre esses três aspectos determina os diferentes tipos de recursos que cada um tem para influenciar a distribuição de chances de vida. Embora a participação em cada uma das três esferas possa se sobrepor, nenhuma delas pode ser reduzida à outra. A ação coletiva pode ter como base cada um desses três aspectos, mas a probabilidade de os grupos de *status* e os partidos serem usados como fontes de ação coletiva é maior do que a das classes. A consciência de classe, portanto, não é uma necessidade histórica, mas simplesmente uma contingência "ligada a condições culturais gerais [...] e ligada em particular à transparência das conexões entre causas e consequências da situação de classe" (WEBER, 1978, p. 928-932). A simples associação entre diferentes chances de vida e classes sociais não leva à ação de classe.

Na concepção de Weber, os padrões de mudança social não podem ser explicados pela evolução das relações de classe, como ocorre no materialismo histórico de Marx. Também não há nenhuma concepção de exploração de classe, ou seja, os benefícios de uma classe não são obtidos a partir de alguma forma de expropriação em relação à outra classe. De fato, na sociologia weberiana não existe a pressuposição de que as classes são a principal fonte de conflitos sociais na sociedade capitalista ou de que são bases necessárias para a ação coletiva. Para Weber, classes são formas de distribuição de poder no mercado que determinam desigualdade nas chances de vida. O mercado, no entanto, não é concebido como natural ou a-histórico, pelo contrário, é visto como uma forma de ação social que depende de outras formas de ação social como, por exemplo, certos tipos de ordem legal e estatal (WEBER, 1978, p. 930). Para entender como os mercados se constituem mostra-se fundamental estudar a histórica de suas evoluções, e não simplesmente as relações de classe. Weber dedicou grande parte de seus esforços intelectuais para entender a evolução das relações entre Estados, religiões e mercados em diversos contextos históricos, principalmente na cultura ocidental.

Essa breve exposição indica que a principal característica de um esquema de classes de inspiração weberiana seria a capacidade de ligar a posição de indivíduos em mercados capitalistas a desigualdades na distribuição das chan-

ces de vida. Isso não significa que pessoas vivendo uma mesma situação de classe não terão valores e atitudes semelhantes. Em uma concepção weberiana, portanto, o estudo das classes sociais pode explicar não apenas a variação nas chances de vida, mas também diversas formas de ação, comportamento, atitudes e valores. O fato que distingue a perspectiva weberiana, no entanto, é a idéia de que a posição que os indivíduos ocupam nos mercados capitalistas determina chances de vida diferenciadas.

Segundo Sorensen (1991, p. 72), classes são "conjuntos de posições estruturais. Relações sociais dentro de mercados, especialmente mercados de trabalho, e dentro de firmas definem estas posições. Posições de classe existem independentemente das pessoas que as ocupam. Elas são 'lugares vazios'". A questão para qualquer forma de análise de classe é como essas posições devem ser distinguidas. Seguindo a pressuposição geral de Sorensen (1991), fica claro, pelo que expus nesta seção, que uma teoria de inspiração weberiana deve ser capaz de explicar como relações em mercados e firmas estão ligadas à distribuição de chances de vida.

O ESQUEMA DE CLASSES NEO-WEBERIANO

Os escritos de Max Weber sobre classes são fragmentários e nada conclusivos. Classes são definidas pelos recursos e ativos que as pessoas trazem para o mercado e que levam a diferentes chances de vida. Tal concepção poderia ser implementada de diversas maneiras e todas poderiam reclamar a filiação weberiana sem que houvesse contradições em relação aos escritos de Weber. Não pretendo propor uma nova classificação de inspiração weberiana. Pelo contrário, adoto um esquema amplamente utilizado em pesquisas sobre estratificação e mobilidade social, reconhecido como neo-weberiano na literatura sociológica. No entanto, não me limito a utilizar esse esquema, na medida em que proponho ampliá-lo para dar conta de algumas especificidades relacionadas às classes trabalhadoras no Brasil.

As classes que uso neste livro correspondem à versão brasileira do esquema elaborado no projeto *Comparative Analysis of Social Mobility in Industrial Nations* ("análise comparativa da mobilidade social em nações industrializadas"), mais conhecido como o esquema Casmin, conforme as

iniciais em inglês. O esquema, amplamente utilizado há mais de 20 anos, foi especialmente desenhado para analisar os padrões de mobilidade social seguindo a perspectiva weberiana das análises de classe. Nessa perspectiva, como indica o trabalho de Weber, cada classe pressupõe um tipo diferente de relação e de contrato de trabalho, situação que deve estar correlacionada a chances de vida diferenciadas.

As primeiras versões do esquema de classe Casmin foram elaboradas pelo sociólogo inglês John Goldthorpe (1987), especificamente para analisar a mobilidade social, a qual, segundo ele, é moldada por três fatores: a desejabilidade relativa das diferentes classes de destino; os recursos disponíveis aos indivíduos em cada classe de origem e que determinam o seu acesso a classes de destino mais desejáveis; e, finalmente, as barreiras aos movimentos entre as classes. De modo geral, enquanto os recursos à mobilidade são de três tipos (econômicos, culturais e sociais), as barreiras relacionam-se à necessidade de possuir os meios de produção ou educacionais e outras qualificações exigidas para o acesso a posições ocupacionais de uma determinada classe. Esse modelo do processo de mobilidade caracteriza-se especialmente pelas classes sociais compreendidas em termos de um espaço relacional de posições e contrastes, em vez de se situarem em uma escala hierárquica. Consequentemente, a mobilidade deveria ser imaginada como movimentos entre posições de classes, que ocupam localizações diferentes e que não estão necessariamente arrumadas em alguma ordem socioeconômica predeterminada. Nos estudos sobre a mobilidade, esta abordagem é conhecida como "perspectiva de estrutura de classes".

Para averiguar o processo de mobilidade, concebido de acordo com a perspectiva de estrutura de classes, o esquema Casmin é construído para "diferenciar posições dentro dos mercados de trabalho e das unidades de produção ou, mais especificamente, poder-se-ia dizer, para diferenciar tais posições nas relações de emprego que elas pressupõem" (ERICKSON; GOLDTHORPE, 1993, p. 37). São definidos cinco grandes tipos de relações de emprego e posições envolvendo empregadores, empregados e autônomos. O primeiro constitui uma relação de serviço (*service relationship*), desfrutada caracteristicamente por trabalhadores administrativos e profissionais com mais status, na qual os benefícios distribuídos aos empregados resultam da necessidade de os empregadores delegarem responsabilidades e estabelecerem relacionamentos de confiança

duradouros com este tipo de trabalhador. Por causa de seu conhecimento especializado ou do exercício da autoridade delegada, esses empregados não podem ser supervisionados diretamente. As classes de profissionais, administradores e gerentes (classes I e II apresentadas no Quadro 1, na próxima seção) caracterizam-se por uma relação de serviço ou por um tipo de contrato delegando ampla autonomia e autoridade aos empregados. Não é raro que pessoas dessas classes tenham inclusive participação nas ações das empresas ou sejam donas de seus escritórios (por exemplo, médicos e advogados). Quando trabalham em empresas geralmente têm planos de carreira bem definidos e expectativas de progressão funcional ao longo da vida.

Em contrapartida, há uma segunda relação de emprego caracterizada por um *contrato de trabalho restrito* (*stricto sensu*) entre empregadores e empregados, envolvendo uma troca muito específica de salários por serviços prestados. Esse tipo de contrato de trabalho restrito caracteriza a condição dos membros da classe trabalhadora. É nas classes de trabalhadores não-manuais de rotina de nível baixo (IIIb), trabalhadores qualificados (VI), trabalhadores não-qualificados (VIIa) e trabalhadores rurais (VIIb) que o contrato de trabalho restrito é tipicamente encontrado.

A terceira situação de emprego é a do trabalhador "por conta própria", que se baseia na autonomia e no controle dos meios de produção e das condições de trabalho. Esse tipo de relação de autonomia pode ser de vários graus e deve ser especificado empiricamente de acordo com o tipo de ocupação; isto é, a designação dos trabalhadores às classes segue uma combinação de situação de emprego e de ocupação. Por exemplo, um advogado autônomo é classificado na classe de profissionais (I), enquanto um comerciante autônomo sem empregados o é na classe de pequenos proprietários sem empregados (IVb). Embora, no esquema Casmin, os trabalhadores autônomos possam ser encontrados em diferentes posições, na classe IVb encontram-se apenas aqueles que exercem funções de comércio ou de pequena produção.

O quarto tipo de situação de emprego é o dos empregadores, que contrastam e dependem do trabalho dos empregados. Em pesquisas por amostragem, que visam representatividade da população nacional, grupos numericamente muito pequenos na população do país, como é o caso dos grandes empregadores, não são adequadamente representados na amostra. Dessa forma, esse grupo fica praticamente invisível nos dados coletados, e a classe dos empregadores

no esquema Casmin engloba majoritariamente pequenos e médios empregadores. Estes, quando pertencem às áreas urbanas, são colocados na classe IVa, e os das áreas rurais, na IVc.

Finalmente, existe um quinto tipo de relação de emprego que poderia ser definido pelo caráter misto de seu contrato, que envolve características tanto de autonomia e autoridade (do tipo *service relationship*) quanto do *contrato de trabalho restrito* (*stricto sensu*). Os supervisores de trabalhadores manuais (classe V) e trabalhadores de rotina não-manual de nível alto (classe IIIa) encontram-se em tais posições de contrato misto. Os empregadores precisam delegar tarefas de supervisão a outros empregados e conceder um certo grau de liberdade a supervisores, técnicos e trabalhadores não-manuais qualificados. No entanto, os empregadores não precisam assumir compromissos de longo prazo, como os empregados que pertencem à classe dos profissionais e administradores. Portanto, os supervisores do trabalho podem ser substituídos sem grandes dificuldades. Além desses cinco tipos de relações de emprego, o esquema de classes Casmin faz uma distinção setorial útil entre posições de trabalho não-manuais, manuais e rurais.

A base das cinco distinções traçadas anteriormente é o problema que os empregadores enfrentam para assegurar que seus empregados atuem de forma mais eficiente para as empresas. Tal controle se dá por meio dos contratos de trabalho diferenciados, conforme descrição anterior. Essa diferenciação dos contratos depende, de acordo com Goldthorpe (2000, p. 213), do grau de "especificidade dos ativos" e de dificuldade de monitoramento de cada trabalho. Tarefas que exigem conhecimento específico ou *expertise* têm alto grau de especificidade de ativos, ao passo que aquelas que requerem apenas conhecimentos generalizados exibem baixo grau.

No primeiro caso, o empregado deve ser persuadido a investir em qualificações mesmo sabendo que podem não ser úteis em outras empresas ou ocupações. O empregador, por seu lado, também deve garantir que o empregado qualificado não abandonará a empresa. Quanto mais específica a qualificação (ou ativo), mais garantias o empregador deverá oferecer ao empregado, que gozará de maior autonomia. Além disso, o problema de dificuldade de monitoramento do trabalho surge quando o empregador não pode saber em que medida o empregado está agindo de acordo com os in-

teresses da empresa. O trabalho nas classes caracterizadas por um contrato de trabalho restrito envolve, em geral, qualificações gerais (ativos não específicos) e grande possibilidade de monitoramento por parte do empregador. Em contraste, classes em que o empregador depende do conhecimento específico do empregado (ativos específicos) e encontra grande dificuldade de monitoramento são caracterizadas pelo contrato de trabalho delegando amplas responsabilidades e autonomia (*service relationship*). Para garantir que os empregados, nesta segunda situação, atuem de forma a maximizar os interesses da empresa são estabelecidas diversas formas de incentivo. Os incentivos servem para tornar os interesses de empregadores e empregados semelhantes, o que é alcançado com o estabelecimento de uma ligação direta entre o avanço dos objetivos da organização e o sucesso da carreira e do bem-estar dos empregados (GOEDTHORPE, 2000, p. 42). Os empregados recebem diversos estímulos para que persigam os objetivos da empresa e lutem pelos interesses desta.

Em contraste, quando os "ativos" (ou qualificações) não são específicos e não há dificuldade de monitoramento do trabalho, são estabelecidos contratos de trabalho restritos. Por um lado, os empregadores podem facilmente substituir empregados cujas qualificações são gerais, uma vez que há vários trabalhadores no mercado disponíveis. Por outro lado, o monitoramento é fácil, já que o tipo de trabalho desenvolvido pode ser facilmente observado e controlado pelo empregador. Consequentemente, este não precisa garantir relacionamento de longa duração com o empregado. Nesses casos, estabelecem-se os contratos de trabalho restritos.

A principal consequência do contrato que delega amplas responsabilidades (*service relationship*) consiste em retornos crescentes ao longo da carreira dos indivíduos, ao passo que o outro tipo de contrato, de trabalho restrito, não leva a tais resultados. Como já especifiquei, os trabalhadores das classes de profissionais e administradores (classe I) estabelecem contratos que levam a vantagens crescentes conforme a empresa avança. Em suma, os empregados altamente especializados gozam de planos de carreira bem definidos. Em contraste, os trabalhadores manuais não-qualificados (classe VIIa) estabelecem contratos caracterizados pela troca direta de tarefas por atividades, o que não leva a boas perspectivas de avanço ao longo da carreira. Classes intermediárias,

como a de técnicos e supervisores (V), contariam com perspectiva de carreira um pouco melhor do que a dos trabalhadores manuais, mas não tão boa quanto a dos profissionais.

Essas pressuposições teóricas confirmam-se no caso dos dados brasileiros. O Gráfico 7 apresenta a renda média estimada de trabalhadores nas classes de profissionais e administradores (I), técnicos e supervisores (V) e trabalhadores manuais não-qualificados (VIIa) em diferentes idades. Os dados revelam de forma bastante clara que a perspectiva de crescimento da renda do trabalho ao longo da vida é bem acentuada para os profissionais (classe I), quase inexistente para os trabalhadores manuais não-qualificados (VIIa) e intermediária para os técnicos e supervisores (classe V). O gráfico mostra, portanto, que as pressuposições teóricas do esquema Casmin são válidas para o caso brasileiro, e que as classes sociais parecem realmente distinguir entre diferentes chances de vida, inclusive chances de progressão ao longo da carreira dos indivíduos em cada classe social.

PARTICULARIDADES DA CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA

Seguindo as suposições teóricas gerais que definem a natureza das *relações de emprego* no esquema Casmin, a designação de indivíduos às classes segue três etapas. Primeiro, os respondentes são colocados em grupos ocupacionais de acordo com o tema de seus trabalhos; segundo, a eles é atribuída uma *situação de emprego* que reflete seus relacionamentos sociais no trabalho, a saber, empregador, autônomo, empregado ou supervisor. Finalmente, as classes sociais são obtidas ao se cruzarem os dados relevantes da classificação ocupacional com o de situação de emprego (STEINMANN; BRAUNS; HAUN, 1997). As posições de classes obtidas por meio desses procedimentos implicam também na distinção setorial entre trabalho não-manual, manual e rural.

Para classificar os dados brasileiros de acordo com as distinções entre os cinco tipos de relações de emprego, os procedimentos propostos por Steinmann, Brauns e Haun (1997) precisaram ser um pouco modificados. Isto é, para construir o esquema de categorias de classes Casmin para as quatro pesquisas

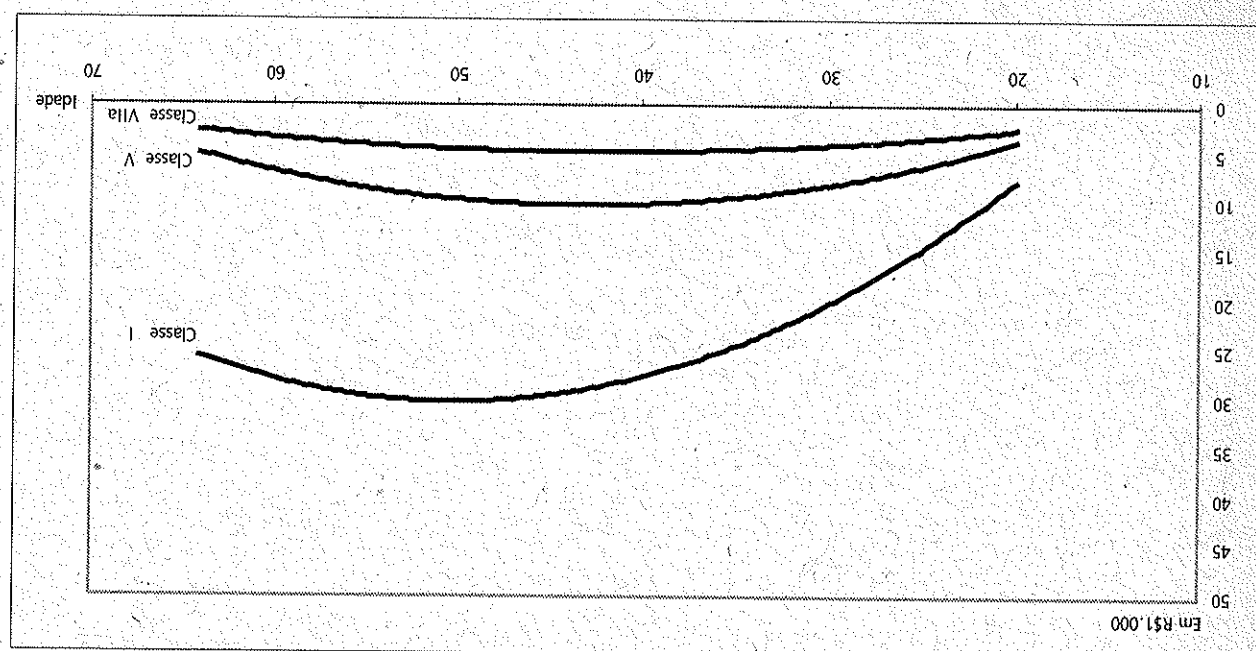


Gráfico 7 - Curva de rendimentos, por idade para profissionais e administradores de alto nível (classe I), técnicos e supervisores (classe V) e trabalhadores manuais não qualificados (classe VIIa) - 1996

analisadas aqui, apliquei duas etapas preliminares. Primeiro, os códigos de ocupação brasileiros foram traduzidos para a codificação ocupacional Isco³⁷ de 1968. Essa tradução foi feita de maneira a não corromper o significado de alguns agrupamentos de ocupações artesanais e de agricultura de subsistência muito específicos, que são comumente encontrados no mercado de trabalho brasileiro e foram bem definidos por Silva (1988). É fundamental salientar que, tendo como base as pesquisas nacionais de 1973, 1982, 1988 e 1996 usadas neste trabalho, as particularidades do chamado "mercado de trabalho informal" são difíceis de mapear em qualquer classificação possível. Entretanto, fica claro que a maioria dos trabalhadores na pequena burguesia sem empregados (classe IVb) pertence a esse segmento.

A segunda etapa preliminar foi a definição de quatro *status* de trabalho: empregador, empregado, autônomo (conta-própria) e supervisor. Essa definição foi feita a partir do título das ocupações, tendo em vista que ele já inclui tais divisões. Os dados ingleses e os de outros países, utilizados no projeto Casmin, também continham a diferenciação de *status* de trabalho junto dos títulos ocupacionais,³⁸ em vez de utilizar uma variável separada, como ocorre em diversas pesquisas sobre emprego. Na etapa seguinte, os grupos ocupacionais recodificados e as *situações de emprego* foram combinados e geraram as 11 posições de classes apresentadas na segunda coluna do Quadro 1. Nesse processo, algumas especificidades dos dados foram incorporadas à versão brasileira do esquema Casmin, o que produz uma ligeira diferença entre o meu esquema de classes e aquele usado em outros países. Justamente por causa desse tipo de diferença alguns autores preferem, em pesquisas comparativas, usar o esquema de sete classes (na quarta coluna do Quadro 1), que faz algumas agregações com o objetivo de diminuir as diferenças entre países. Ao fazer análises comparativas, no Capítulo 5, lanço mão da versão com sete classes.

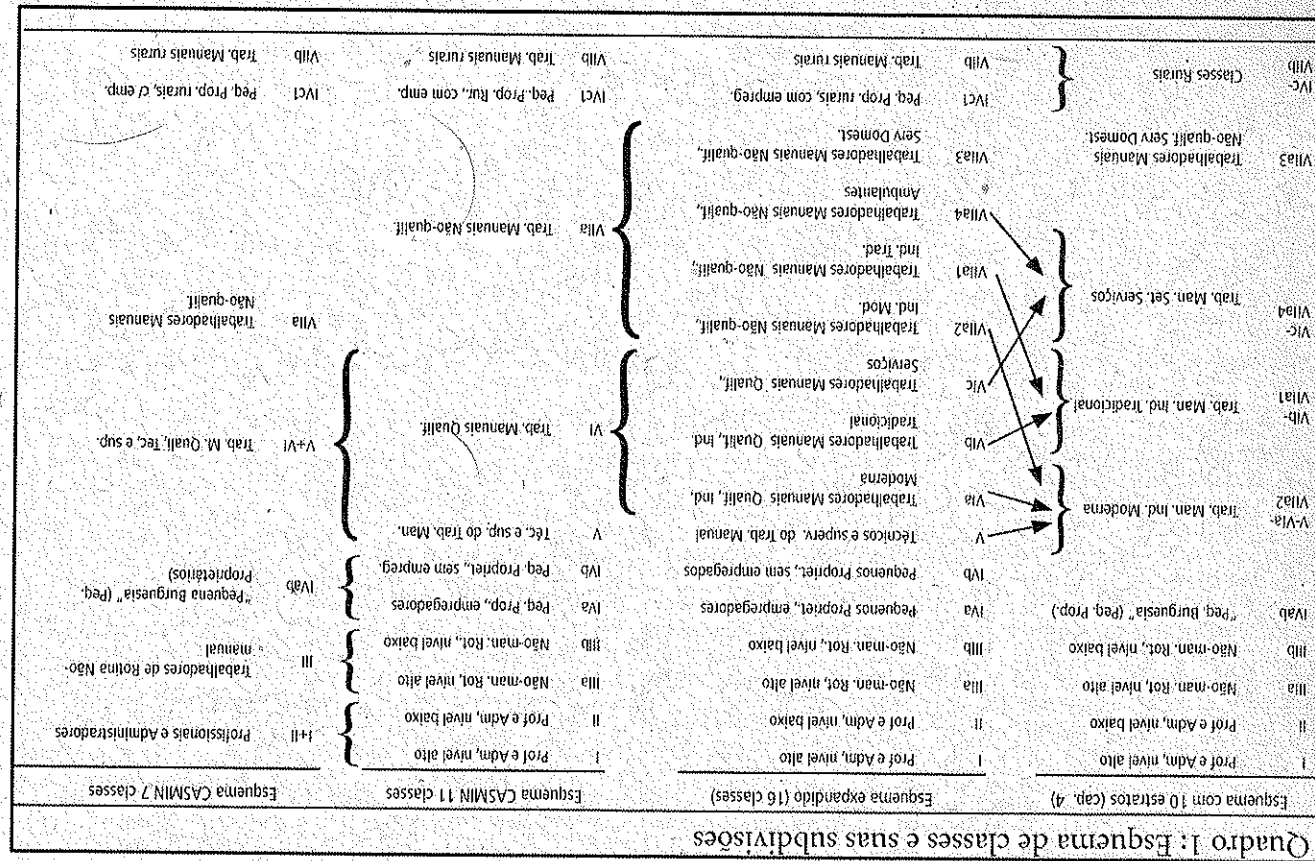
A versão brasileira da classe I (profissionais e administradores e gerentes de nível alto) exclui os grandes proprietários porque os dados não distinguem esses empregadores (com mais de 25 funcionários) dos pequenos, como exige o

37 *International Standard Classification of Occupations*, "padrão internacional de classificação de ocupações" do International Labor Office (ILO).

38 Em comunicação pessoal, o professor Hiroshi Ishida, que fez parte do projeto Casmin, forneceu-me tal informação.

procedimento do Casmin. Como consequência, a versão brasileira das classes I (profissionais e administradores) e IVa ("pequenos" proprietários com empregados) difere de outras versões porque todos os empregadores são incluídos na classe IVa. Justifica-se esse procedimento porque a probabilidade de os grandes empregadores serem incluídos em pesquisas como as usadas neste livro é muito baixa. Outra diferença reside no fato de a classe dos pequenos proprietários rurais (IVc), no caso dos dados brasileiros, incluir apenas os proprietários empregadores, ou seja, a classe IVc da versão brasileira é, na verdade, constituída por proprietários rurais com empregados em vez de proprietários rurais que trabalham por conta própria. Como o conjunto de dados de 1973 não distingue os proprietários rurais que trabalham por conta própria dos trabalhadores rurais, esta última classe (VIIb) engloba os dois grupos. No caso brasileiro, esse procedimento é justificável porque os proprietários rurais que trabalham por conta própria são, na verdade, agricultores que vivem da produção de subsistência em condições socioeconômicas comparáveis àquelas dos empregados rurais. Quanto ao resto do esquema de classes, a versão brasileira segue todos os outros procedimentos definidos por Steinmann, Brauns e Haun (1997).

Segundo Breen e Whelan (1996, p. 20): "esses procedimentos colocam juntas, dentro de uma mesma categoria de classe, aquelas posições cujos membros são tipicamente comparáveis em termos de suas fontes e níveis de rendimento, seus graus de segurança econômica, suas oportunidades de avanço econômico e seus graus de autonomia ao desempenhar tarefas de trabalho". Embora, em relação a essas características, as posições em cada classe sejam comparáveis, o esquema não é desenhado de acordo com uma ordem hierárquica explícita, ainda que implicitamente esse ordenamento socioeconômico ocorra. Isso não significa, como mostrei nas seções seguintes deste capítulo, que a distribuição de oportunidades de vida — como averiguadas por meio de outras variáveis como a renda, o padrão de consumo, etc. — segue a mesma ordem hierárquica. Por exemplo, apesar de a classe dos técnicos e supervisores de trabalho manual (V) estar em uma posição mais baixa de *status* socioeconômico que a dos trabalhadores manuais de nível baixo (IIIb) e a dos pequenos proprietários sem empregados (IVb), ela dispõe, em média, de níveis de renda consideravelmente mais elevados. Mais adiante abordarei a distribuição das oportunidades de vida entre as posições de classe. Na terceira coluna do quadro 1 a seguir apresento a versão do esquema com 11 classes descrita anteriormente.



Além da versão com 11 classes, utilizei neste livro uma versão expandida com 16 classes (na coluna 2 do quadro anterior), uma versão com dez classes elaborada especialmente para analisar a mobilidade social das mulheres (na coluna 1 do quadro anterior) e a versão com sete classes utilizada em diversos estudos comparativos de mobilidade social (na coluna 4 do quadro anterior). Apesar de a versão com sete classes ter sido amplamente utilizada em pesquisas comparativas internacionais (ERICKSON; GOLDTHORPE, 1993; BREEN, 2005), há muitas críticas no sentido de que agregar posições ocupacionais que são bastante distintas em termos de condições de vida e, até mesmo, chances de mobilidade seria uma simplificação excessiva.³⁹ De qualquer forma, em análises comparativas entre países é comum esse tipo de agregação, tendo em vista que não é possível classificar todos os diferentes bancos de dados de forma detalhada. Além disso, pesquisas por amostra incluindo poucos casos não permitem a construção de tabelas de mobilidade com muitas categorias, porque tais tabelas acabam por conter muitas células com zero, o que impossibilita a análise estatística rigorosa. Caso contrário, seria interessante utilizar mais categorias de classe se houvesse distinções sociologicamente relevantes e estatisticamente significativas.

Os bancos de dados brasileiros (as PNADs) são enormes e permitem o aumento do número de categorias de classe sem que haja tal problema de células vazias nas tabelas de mobilidade. Resta saber se o aumento do número de categorias é interessante do ponto de vista das análises empíricas e dos argumentos substantivos.

No primeiro estudo sobre mobilidade social representativo de toda a sociedade brasileira, Pastore (1981) utilizou um esquema com seis grupos de *status*; hierarquizados entre o *status* inferior-inferior e a elite. No entanto, em cada um dos seis grupos existe uma enorme heterogeneidade, consequência da agregação excessiva. Essa diversidade interna a cada classe deixa invisível uma grande parte da mobilidade social que ocorreu no Brasil. Com o objetivo de reproduzir as análises de Pastore (1981), Silva e Pastore (2000) utilizaram o mesmo esquema com seis estratos para comparar os dados de 1973 e 1996. Silva re-

39 Para crítica, ver o trabalho de Hout e Hauser (1992).

conhece que isso limita análises mais detalhadas.⁴⁰ Com o objetivo de transpor tal restrição, o pesquisador (SILVA, 1988) propôs 18 grupos ocupacionais que são mais homogêneos internamente em termos de *status* socioocupacional. Este esquema, no entanto, nunca foi diretamente analisado, uma vez que todos os estudos que o utilizam agregam estratos com o objetivo de tornar a análise da tabela de mobilidade mais palatável (SCALON, 1999; SILVA, 2004).

De acordo com Scalón (1999), que utilizou métodos desenvolvidos por Goodman (1981), é possível agregar as 18 categorias ocupacionais propostas por Silva (1988) sem perder poder analítico no que diz respeito tanto a níveis de renda e educação específicos quanto a padrões de mobilidade. No entanto, ao final das análises supracitadas, Scalón sugere que a agregação deve ser decidida com base em pressupostos teóricos e práticos. Do ponto de vista prático, a socióloga necessitava de número reduzido de classes para estimar os modelos topológicos sem que a tarefa se tornasse excessivamente complexa. Por motivos semelhantes, Silva (2004) também analisa a mobilidade intergeracional a partir de uma agregação dos 18 estratos em 8 grupos.

Do ponto de vista teórico, tanto Silva (1988) quanto Scalón (1999) seguem a perspectiva neo-weberiana, predominante nos estudos de mobilidade social internacionais (HOUT, 2003b). Nesse sentido, Ribeiro (2003) e Ribeiro e Scalón (2001) dão um passo adiante ao utilizar o esquema de classes Casmin proposto por Goldthorpe e Erickson (1993), sociólogos que inicialmente desenvolveram a perspectiva neo-weberiana. Esse passo adiante, no entanto, trouxe algumas limitações. Por um lado, o uso do esquema Casmin permite comparações internacionais e por isso é vantajoso em relação aos anteriormente utilizados. Por outro lado, esse esquema, desenhado para a análise da mobilidade social em sociedades de industrialização avançada, faz muitas distinções entre as classes médias de trabalho não-manual e poucas distinções entre as de trabalhadores manuais, tornando-se, assim, inadequado para o estudo pormenorizado da mobilidade no Brasil, onde existem muitas diferenças importantes entre trabalhadores manuais. Nesse sentido, o esquema

40 Nelson do Valle Silva me incentivou a utilizar maior número de categorias para analisar a mobilidade social no Brasil. No Capítulo 3 procuro mostrar como o emprego do esquema com 16 classes melhora o entendimento sobre a mobilidade social no Brasil.

de Silva (1988) apresenta vantagens em relação ao Casmin justamente por fazer diversas distinções significativas entre diferentes tipos de trabalho manual. Distingue, por exemplo, a indústria moderna da tradicional, os trabalhadores ambulantes daqueles de serviços gerais. Tais separações parecem ser extremamente importantes na economia brasileira, que se modernizou sem acabar por completo com formas tradicionais de emprego.

Com o objetivo de preservar a capacidade comparativa do esquema de classes Casmin e, ao mesmo tempo, não perder a especificidade de certos grupos ocupacionais típicos da sociedade brasileira, cruzei o esquema Casmin de 11 classes com o de 18 classes de Silva (1988).⁴¹ A primeira coisa que esse cruzamento revela é que os dois esquemas são muito parecidos. Isso não surpreende, já que ambos partem dos mesmos princípios teóricos e utilizam os mesmos bancos de dados. Além disso, o cruzamento revela que as classes VI e VIIa (trabalhadores manuais qualificados e não-qualificados) do esquema Casmin podem ser subdivididas de acordo com diferenciações do esquema de Silva (1988) relativas ao tipo de indústria (tradicional ou moderna) e ao tipo de trabalho no setor de serviços (serviços gerais, domésticos e ambulantes). Tais subdivisões levam a um esquema com 16 classes (na segunda coluna do Quadro 1). Não é apenas o fato de proporcionar descrições detalhadas que justifica o uso desse esquema expandido, mas sobretudo a consideração de algumas interpretações importantes sobre o processo de industrialização da sociedade brasileira.

Os economistas José Serra e Maria da Conceição Tavares (1971), por exemplo, afirmam que o processo de industrialização no Brasil não foi capaz de eliminar a indústria tradicional, que é encontrada, por exemplo, em certos processos produtivos na área de alimentação ou confecção de roupas, bem como na oferta de serviços tradicionais (como serviços domésticos, empregadas domésticas, etc.). Paralelamente, segundo os mesmos autores, há o surgimento de indústrias modernas caracterizadas, de um lado, por processos produtivos utilizando tecnologia avançada (por exemplo, indústria metalúrgica, de automóveis e mais recentemente de informática) e, de outro lado, por serviços especializados baseados em domínio de conhecimentos modernos (por

41 Ver em Ribeiro (2003, anexo 2) uma tabela com o cruzamento do esquema Casmin com o de 18 categorias de Nelson do Valle Silva (1988).

exemplo, serviços bancários e contábeis, atividades de escritório, profissionais e administrativas). Portanto, o processo de industrialização no Brasil se deu de tal forma que setores tradicionais e modernos permanecem presentes nas atividades produtivas da sociedade. Por exemplo, os trabalhadores qualificados na indústria moderna diferenciaram-se enormemente em termos de chances de vida do mesmo tipo de trabalhador na indústria tradicional. Há, inclusive, localizações geográficas bastante distintas, já que a indústria moderna (como a metalúrgica) concentra-se em certas áreas do Sudeste, ao passo que a tradicional encontra-se em outras regiões do país. Em suma, a ideia de que há setores tradicionais e modernos no mercado de trabalho brasileiro implica não apenas em uma diferenciação quanto às relações de trabalho, como previsto no esquema Casmin, mas também em relação à hierarquia de chances de vida, inclusive de mobilidade, entre os estratos ocupacionais obtidos na classificação ampliada incluindo 16 categorias.

A perspectiva hierárquica é sugerida por Silva (1988). Portanto, a classificação obtida a partir do cruzamento entre os estratos de Silva e as 11 classes Casmin leva a uma divisão das classes de trabalhadores manuais qualificados (VI) entre indústria moderna (VIa), indústria de serviços (VIc) e indústria tradicional (VIb). Tendo em vista que o trabalho no setor moderno envolve mais tecnologia; no setor de serviços, mais capacitação para relações sociais; e no setor tradicional, menos tecnologia e capacitação, haveria uma ordem hierárquica em termos de chances de vida. Segundo tal ordenamento, VIa é superior a VIc, que, por sua vez, está acima de VIb. A divisão da classe de trabalhadores manuais não-qualificados (VIIa) segue lógica hierárquica semelhante: aqueles na indústria moderna (VIIa2) estariam em posição superior aos ambulantes (VIIa4), em seguida viriam os empregados nos serviços domésticos (VIIa3) e, ao final, os não-qualificados na indústria tradicional (VIIa1). A subdivisão das duas classes trabalhadoras (VI e VIIa) leva à formulação do esquema com 16 categorias apresentado na segunda coluna do Quadro 1. Outras subdivisões seriam possíveis, mas não poderiam ser utilizadas em análises de mobilidade social baseadas em tabelas de mobilidade. As tabelas cruzando classes de origem (definidas pela ocupação do pai) e de destino (definidas pela ocupação dos respondentes) tornam-se muito esparsas quando se utilizam mais do que 16 categorias de classe. Uma tabela com 16 categorias de origem e 16 de destino contém 256 células, o que aumenta a probabilidade de zeros. O emprego de

tabelas esparsas torna a estatística qui-quadrado, utilizada para testar diversos modelos, indeterminada, ou seja, os testes passam a ser ineficientes para determinar quais modelos ajustam-se melhor aos dados. Devido a essa limitação técnica, decidi utilizar a classificação com 16 classes nas análises mais detalhadas deste livro. Esmiuçar tabelas com mais de 16 categorias aumentaria a possibilidade de erros estatísticos e comprometeria as interpretações sociológicas sobre o processo de mobilidade no Brasil.

No entanto, como as pesquisas anteriores sobre mobilidade social no Brasil utilizaram esquemas com seis estratos (PASTORE, 1981; PASTORE; SILVA, 2000), oito (SILVA, 2004), nove (SCALON, 1999), onze (RIBEIRO, 2003) e sete estratos (RIBEIRO; SCALON, 2001), o presente estudo, baseado na análise de tabelas com 16 classes de origem e de destino, é o mais detalhado sobre os padrões de mobilidade intergeracional desenvolvido até o presente. Tal detalhamento não é apenas um preciosismo, mas realmente possibilita a análise de aspectos fundamentais do processo de mobilidade negligenciados ou insatisfatoriamente analisados anteriormente. O uso de mais categorias de classe permite observar inúmeros movimentos entre classes que ficam invisíveis quando são utilizadas poucas categorias. Ou seja, o que é visto como imobilidade num estudo com seis categorias pode ser, na realidade, mobilidade entre grupos muito distintos do ponto de vista das condições de vida usufruídas. O emprego de esquemas muito agregados obriga o pesquisador a juntar grupos ocupacionais bastante distintos. O uso de categorias adicionais permite observar com mais detalhe a heterogeneidade existente no sistema de estratificação da sociedade. Consequentemente, a descrição da mobilidade ascendente e descendente torna-se mais precisa e informativa.

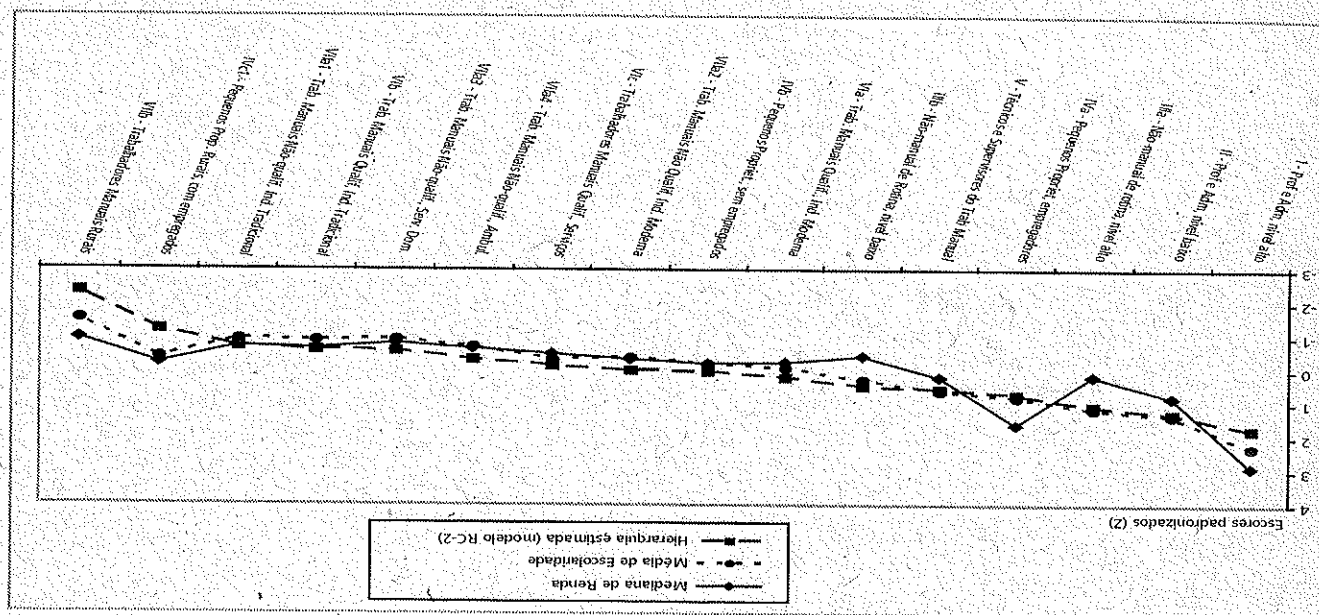
Além disso, o uso de um maior número de estratos ocupacionais permite estimar e ajustar modelos log-lineares que testem diretamente o aspecto hierárquico e vertical da mobilidade social. Os estudos anteriores limitaram-se a delinear algumas barreiras à mobilidade social, por meio de parâmetros que separam certos grupos de classe, mas não foram capazes de considerar todos os estratos hierarquizados em uma única escala. Segundo diversos autores, o aspecto hierárquico entre as classes é fundamental no processo de mobilidade intergeracional, uma vez que a distância entre as classes, em termos de condições de vida e *status* socioeconômico, seria a principal característica, aumentando ou diminuindo as chances de mobilidade social (HOUT; HAUSER,

1992; GANZEBOOM et al., 1989; BREEN, 1996; DUNCAN, 1979). Em suma, a utilização de mais classes permite observar mais mobilidade social ascendente e descendente que seja sociologicamente significativa e possibilita analisar verdadeiramente o aspecto hierárquico desse processo.

Para testar a hipótese de que as 16 classes apresentadas na coluna 2 do Quadro 1 estão hierarquicamente ordenadas utilizei duas metodologias. Primeiro, estimei dois modelos de análise de variância (Anova), com os dados da PNAD 1996, tendo como variável independente os 16 estratos de classe e como dependentes a renda de todos os trabalhos e os anos completos de educação.⁴² Segundo esses modelos, os grupos ocupacionais explicam 25% da variação na renda e 45% da variação nos anos de educação completos, e revelam uma clara ordem hierárquica entre os estratos (apresentada no Gráfico 8, a seguir). A segunda metodologia está diretamente ligada às análises de mobilidade que implemento no Capítulo 3. Ou seja, estimei o modelo log-linear RC-II, proposto por Goodman (1979), que calcula uma ordem hierárquica latente a qual governa o processo de mobilidade intergeracional. Esse modelo foi ajustado simultaneamente às quatro tabelas de mobilidade intergeracional com 16 classes de origem e destino nos anos de 1973, 1982, 1988 e 1996, ou seja, o modelo foi ajustado a uma tabela cruzando 16 classes de origem por 16 de destino por quatro anos. Caso o modelo se ajuste a esses dados, então pode-se concluir que há um claro aspecto hierárquico determinando a mobilidade entre os 16 estratos ocupacionais de origem e destino. De fato, o modelo ajusta-se bem aos dados (esse é o modelo 3 da Tabela 8 do Capítulo 3) e os valores estimados para hierarquizar as 16 classes representam a verticalidade da mobilidade social, ou seja, designam as distâncias entre as classes em termos de chances de mobilidade ascendente – quanto mais distantes as classes, mais difícil a mobilidade entre elas. Com o objetivo de comparar as escalas de renda, anos de educação e mobilidade (escores do modelo RC-II), converti todas para uma única métrica (escores Z) com média igual a zero e desvio padrão igual a um. Esses escores padronizados são apresentados no Gráfico 8, a seguir.

42 Também estimei esses mesmos modelos para 1982 e 1988 e apenas para anos de educação utilizando os dados de 1973 (não há variável contínua para renda no banco de dados). Todos os modelos de Anova são significativos e levam aos mesmos resultados apresentados neste capítulo para 1996.

Gráfico 8 – Hierarquia das 16 classes sociais (escores estimados pelo modelo RC-II, anos de educação e renda do trabalho mensal – Brasil, 1996)



O Gráfico 8 ordena as classes de acordo com a hierarquia dos valores estimados para cada uma delas segundo o modelo RC-II. As outras duas escalas seguem ordem muito semelhante à sugerida por esse modelo. Uma única inconsistência aparece na renda média, que, tomada como critério de hierarquização, colocaria a classe IVa (pequenos proprietários empregadores) logo abaixo da classe I. Essa inconsistência não compromete a análise, mas revela que há provavelmente heterogeneidade interna à classe IVa. Como destaquei anteriormente, essa heterogeneidade deve-se à impossibilidade de separar grandes de pequenos empregadores, o que leva à classificação de ambos na referida classe.⁴³ No entanto, como o número de grandes empregadores é pequeno na sociedade, sua inclusão na classe IVa não interfere no resultado.

Na realidade, a hierarquia que emerge dessas análises, resumidas no Gráfico 8, é substantivamente consistente e comprova algumas hipóteses levantadas anteriormente. No topo da hierarquia estão os profissionais e administradores (classes I e II), que realmente são a elite socioocupacional. Em seguida, vêm os trabalhadores de rotina não-manual de alto nível (classe IIIa), grupo composto por todos os trabalhadores administrativos que não possuem o nível de qualificação e responsabilidade dos profissionais. Os pequenos proprietários com empregados (IVa), que vêm em seguida, também são um grupo privilegiado em termos de condições de vida e trabalho. Em seguida, aparecem os técnicos e supervisores do trabalho manual (classe V), que, embora classificados como trabalhadores manuais, são relativamente qualificados, exercem função de supervisão em vários setores produtivos e constituem, portanto, a elite da classe trabalhadora. Os trabalhadores de rotina não-manual de nível baixo (classe IIIb), principalmente pessoal de vendas, encontram-se logo acima dos trabalhadores qualificados na indústria moderna (VIa), que também podem ser considerados como uma elite da classe trabalhadora. Abaixo deles vêm os pequenos proprietários sem empregados (IVb), classe composta por donos de pequenos negócios nos setores formal e informal. Os trabalhadores manuais não-qualificados na indústria moderna (VIIa2), como sugerido pela literatura, encontram-se em posição relativamente alta justamente por estarem no setor moderno da economia. Os trabalhadores manuais não-qualificados

43 De fato, é na classe IVa que se observa o maior desvio padrão em termos de renda (2,6), o que indica alta heterogeneidade de renda.

ambulantes (VIIa4) e nos serviços domésticos (VIIa3) estão em posição ligeiramente superior aos trabalhadores manuais qualificados (VIIb) e não-qualificados (VIIa1) na indústria tradicional. Como se nota, na área de trabalho manual, empregados nos setores moderno e tradicional ocupam posições hierárquicas opostas. Esse ordenamento dentro da classe trabalhadora ficava completamente invisível em todos os estudos anteriores sobre mobilidade que utilizavam um número menor de classes sociais. A classe de pequenos proprietários rurais (IVc) encontra-se logo acima da de trabalhadores rurais (VIIb) na escala de mobilidade, o que expressa uma afinidade em termos de mobilidade entre esses dois grupos. No entanto, em termos de renda média e anos de educação, a classe IVc aproxima-se dos grupos de trabalhadores urbanos com *status* socioocupacional mais baixo. Isso não é um problema nas análises de mobilidade, porque a metodologia utilizada para calcular a mobilidade vertical leva em conta essa diferenciação, considerando mobilidade de curta distância aquela entre a classe IVc e as classes trabalhadoras urbanas, e de média distância aquela entre a classe IVc e as mesmas classes urbanas. Como mostrei nos próximos capítulos, a utilização dessa ordem hierárquica entre as classes traz grandes vantagens na análise de mobilidade social no Brasil.

Os esquemas com dez classes (primeira coluna do Quadro 1) e com sete classes (quarta coluna do mesmo quadro são obtidos a partir da agregação de algumas das 16 classes apresentadas anteriormente. Explicarei a lógica de agregação dessas duas versões quando forem utilizadas, respectivamente nos Capítulos 4 e 5.

CHANCES DE VIDA E CLASSES SOCIAIS

Em esquemas de inspiração weberiana, as classes sociais são relevantes na medida em que se relacionam a diferentes chances de vida, inclusive de mobilidade social. O conceito de chances de vida foi definido por Anthony Giddens (1973, p. 130) como “as oportunidades que os indivíduos possuem de compartilhar os ‘bens’ culturais ou econômicos socialmente produzidos que existem em uma determinada sociedade”. Ou seja, as chances de vida são as chances que as pessoas têm de acesso a bens valorizados. É óbvio que esses “bens” não são distribuídos equitativamente entre todos os indivíduos ou fa-

mílias. Isso significa que em qualquer sociedade há desigualdade na distribuição das chances de vida.

Ao longo dos anos, a provisão de determinado "bem", por exemplo vagas na escola primária, pode aumentar enormemente. Observar apenas esse fato equivale a fazer um balanço da distribuição agregada de um determinado bem. No entanto, se se compara a distribuição desse bem entre grupos sociais, descreve-se uma forma de desigualdade entre os grupos. Isso significa que as chances de vida da população podem melhorar de um ponto de vista agregado, na medida em que há mais oportunidades disponíveis, e que a desigualdade de chances de vida entre classes também pode se modificar, ou não, ao longo do tempo.

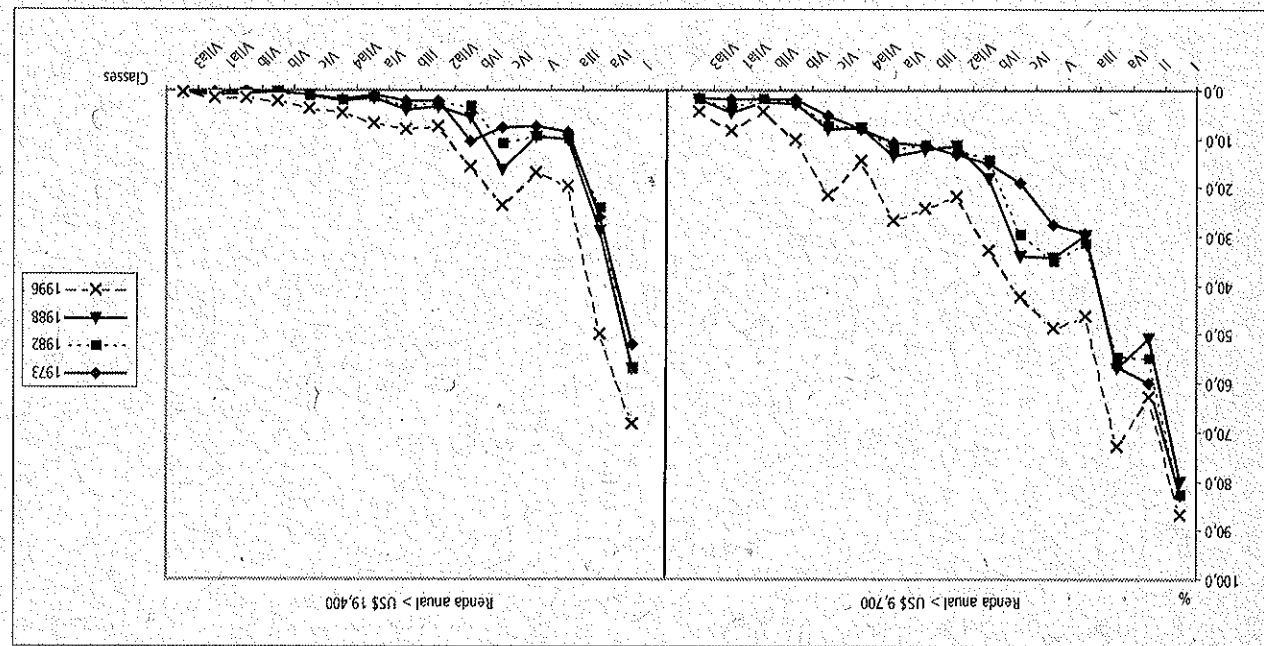
De fato, as chances de vida variam significativamente de acordo com as 16 classes sociais mencionadas anteriormente. Dessa forma, ao descrever a variação agregada das chances de vida das famílias brasileiras entre 1973 e 1996, procuro ao mesmo tempo verificar se as distâncias entre classes se mantêm ou se modificam. As condições de vida do conjunto da população parecem ter melhorado nesse período, mas as desigualdades de condições de vida e a média das chances de vida parecem ter permanecido inalteradas. Para descrever a variação temporal e a desigualdade utilizo quatro variáveis: renda familiar, nível educacional, privação de bens básicos e privação de serviços domiciliares básicos. Renda familiar e nível educacional constituem variáveis que indicam os recursos disponíveis. Já a privação de serviços domiciliares e de bens básicos apontam os padrões básicos de consumo desses itens. O conjunto das quatro variáveis mostra a condição ou qualidade de vida dos membros de cada classe.⁴⁴

CLASSE SOCIAL E RECURSOS ECONÔMICOS

Para uma descrição da relação entre chances de vida e classe social, o ponto de partida óbvio é o exame das variações nos níveis de renda. O Gráfico 9 mostra o percentual de homens com renda familiar anual superior a 9.700 dólares e a 19.400 dólares, segundo posição de classe, em 1973, 1982, 1988 e

44 Para discussões e análises sobre padrão e qualidade de vida, ver Albuquerque e Villela (1993).

Gráfico 9 – Participação de homens entre 25 e 64 anos com renda anual maior do que US\$ 9.700 e US\$ 19.400, segundo classe social (16 categorias) – Brasil, 1973-1996



Nota: Os cálculos foram feitos de acordo com o "Consumer Price Index, Federal Reserve Bank of Minneapolis", e a taxa de câmbio do dólar do Banco Central do Brasil. O valor de US\$ 9.700 (em valores de 2000) é equivalente a US\$ 2.500 em 1973; US\$ 5.425 em 1982; US\$ 6.650 em 1988; e US\$ 8.825 em 1996. A taxa de câmbio entre o dólar (US) e a moeda brasileira (BR) era: 1 US = 6,32 BR em 1973; 1 US = 15,3 BR em 1982; 1 US = 267,5 em 1988; e 0,98 US = 1 BR em 1996.